contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7402- 2ª. CPJ. RECURSO N. 17464 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012014510011435-0). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7401- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16438 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 122017510002116-3). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7400- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16080 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 192017510000196-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7399- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16350 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 192017510014291-8). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 3. Deixar de recolher o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7398- 2ª. CPJ. RECURSO N. 17462 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012014510004683-4). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO. 1. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda declarar de ofício ou a requerimento do interessado a prescrição administrativa do crédito tributário, até o envio da Certidão de Dívida Ativa à Procuradoria-Geral do Estado, sem prejuízo da apuração da responsabilidade. 2. Foge à competência do TARF o conhecimento de matéria relacionada a crédito tributário exigível (prescrição). 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no prazo fixado pela legislação, constitui infração tributária e sujeita o contribuinte à imposição de multa e juros, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo e Vitor de Lima Fonseca, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7397- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16352 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 192017510000394-2). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de

veículos. 3. Deixar de recolher o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7396- 2ª. CPJ. RECURSO N. 17540 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012014510005486-1). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO. 1. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda declarar de ofício ou a requerimento do interessado a prescrição administrativa do crédito tributário, até o envio da Certidão de Dívida Ativa à Procuradoria-Geral do Estado, sem prejuízo da apuração da responsabilidade. 2. Foge à competência do TARF o conhecimento de matéria relacionada a crédito tributário exigível (prescrição). 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no prazo fixado pela legislação, constitui infração tributária e sujeita o contribuinte à imposição de multa e juros, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Vitor de Lima Fonseca, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7395- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16118 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 192017510006648-0). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO. 1. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda declarar de ofício ou a requerimento do interessado a prescrição administrativa do crédito tributário, até o envio da Certidão de Dívida Ativa à Procuradoria-Geral do Estado, sem prejuízo da apuração da responsabilidade. 2. Foge à competência do TARF o conhecimento de matéria relacionada a crédito tributário exigível (prescrição). 3. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no prazo fixado pela legislação, constitui infração tributária e sujeita o contribuinte à imposição de multa e juros, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7394- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16320 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 192017510005360-5). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 3. Deixar de recolher o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7393- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16816 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 092016510003490-2). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. 1. Na vigência do contrato de arrendamento mercantil (leasing) de veículo automotor, o contribuinte do IPVA é o arrendatário, que não perde a qualidade de proprietário, e não o arrendatário, por ser este mero possuidor. 2. Deixar de recolher o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7392- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16134 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 192017510010783-7). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de veículos. 3. Deixar de recolher o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades de lei, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/06/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/06/2020.

ACÓRDÃO N.7391- 2ª. CPJ. RECURSO N. 16540 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012016510006813-1). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN.EMENTA: IPVA. FALTA DE RECOLHIMENTO. 1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. 2. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo, considerando-se nessa situação a pessoa natural ou jurídica em cujo nome se encontrar registrado o respectivo bem no órgão público responsável pelo controle e registro de